

REESTRUTURAÇÕES NA CADEIA PRODUTIVA LEITEIRA DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO/MA: DESAFIOS PARA ORGANIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS**RESTRUCTURING IN THE DAIRY PRODUCTION CHAIN OF SÃO FRANCISCO DO BREJÃO/MA: CHALLENGES FOR THE ORGANIZATION OF THE COOPERATION OF SMALL RURAL PRODUCERS****REESTRUCTURACIÓN DE LA CADENA LÁCTEA DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO / MA: RETOS PARA LA ORGANIZACIÓN DE LA COOPERACIÓN DE LOS PEQUEÑOS PRODUCTORES RURALES**

Juliana Ferreira de Sousa¹
ferreira.juliana.sd@gmail.com

Roberto Leher²
leher.roberto@gmail.com

Resumo:

O artigo investiga mudanças organizacionais e de normas técnicas na cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão, Maranhão, que afetam os pequenos produtores, especialmente pela concentração do beneficiamento para contemplar certificação sanitária e pelo aumento do custo relativo de produção, alavancando o avanço dos maiores grupos em detrimento dos pequenos produtores. A pesquisa utiliza indicadores do agronegócio e, para investigar a situação concreta dos produtores, se vale de diário de campo no qual foram registrados diálogos e interpelações. Conclui que a permanência dos pequenos produtores exige atuação coordenada e interação com instituições de ensino e pesquisa, objetivando aquisição dos requisitos necessários à certificação sanitária e a implementação de políticas de fomento econômico solidárias e referenciadas pelo ideário cooperativista.

Palavras-Chave: Cadeia produtiva leiteira, pequenos produtores, concentração do capital, cooperativa, trabalho e educação.

Abstract:

The article investigates the organizational changes in the dairy production chain in São Francisco do Brejão, Maranhão, which affect small producers, especially due to the concentration of processing and the sharp drop in the price of the product. The monitoring of smallholder practices suggests that this reality can be reconfigured through the organization of smallholder cooperatives. The research examines the theme of cooperativism in the country and indicates challenges and perspectives for the dairy production chain in São Francisco do Brejão/MA. It uses agribusiness indicators and, to investigate the concrete situation of the producers, it uses a field diary. The research concludes that the permanence of small producers requires coordinated action and interaction with educational and research institutions, aiming to acquire the necessary requirements for sanitary certification and the implementation of solidary economic development policies referenced by the cooperative ideology.

Keywords: Dairy production chain, small producers, concentration of capital, cooperative, work and education.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² É professor titular da Faculdade de Educação (FE) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Resúmen:

El artículo investiga cambios organizativos en la cadena de producción láctea en São Francisco do Brejão, Maranhão, que afectan a los pequeños productores, especialmente debido a la concentración de procesamiento y la fuerte caída en el precio del producto. El seguimiento de las prácticas de los pequeños agricultores sugiere que esta realidad puede reconfigurarse mediante la organización de cooperativas de pequeños agricultores. La investigación examina el tema del cooperativismo en el país e indica desafíos y perspectivas para la cadena de producción láctea en São Francisco do Brejão / MA. Utiliza indicadores de agronegocios y, para investigar la situación concreta de los productores, utiliza un diario de campo. Se concluye que la permanencia de los pequeños productores requiere una acción coordinada e interacción con las instituciones educativas y de investigación, con el objetivo de adquirir los requisitos necesarios para la certificación sanitaria y la implementación de políticas de desarrollo económico solidario referenciadas por la ideología cooperativa.

Palabras clave: Cadena de producción láctea, pequeños productores, concentración de capital, cooperativa, trabajo y educación.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A economia brasileira é conformada, de modo expressivo, pelo agronegócio, compreendendo a produção de proteína animal (e o seu beneficiamento) e de produtos agrícolas (alimentos, commodities e beneficiamento destes insumos). A estrutura agrária é complexa, coocorrendo, de modo conflituoso, pequenas unidades produtivas (familiares), médias unidades, sob dominância de grandes empreendimentos, em geral em latifúndios, todos de distintos perfis. O PIB do agronegócio brasileiro, entre janeiro e dezembro de 2019 e o mesmo período de 2020, cresceu 24,3%, totalizando R\$ 387 bilhões, conforme levantamento CEPEA/Esalq-USP e CNA (CEPEA, 2020).

Coexistem, no espaço e no tempo, formas distintas de produção e de apropriação tecnológica marcadamente dirigidas pelo capital, e, também, unidades escassamente capitalizadas e empreendimentos lastreados por fundos de investimentos com ações nas principais bolsas mundiais (MENDONÇA, 2015). Conforme sistematização do CEPEA:

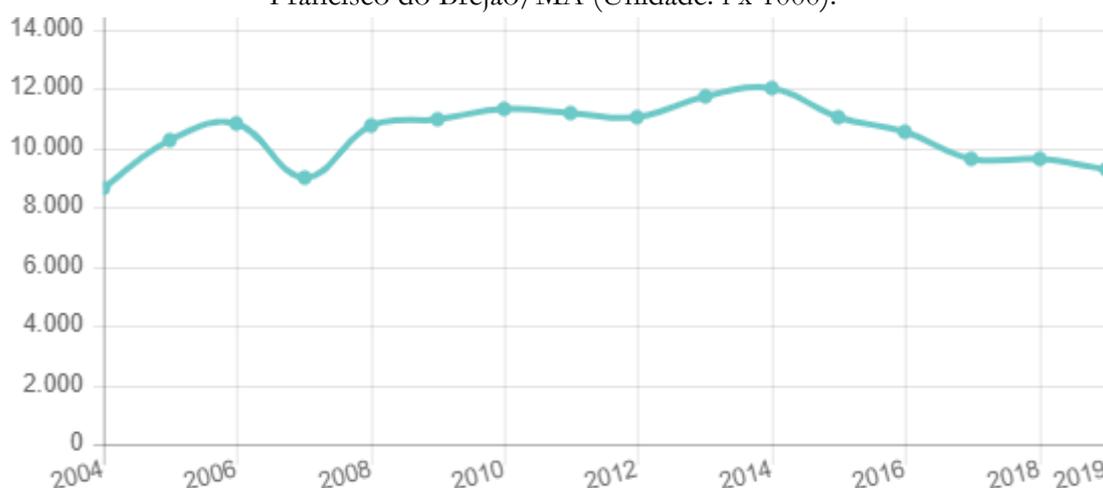
A força do agronegócio brasileiro pode ser demonstrada pelos seus indicadores de exportação ao longo dos últimos 21 anos. O volume de produtos exportados pelo setor (IVE-Agro/Cepea) apresentou crescimento forte e praticamente contínuo ao longo do tempo. A alta acumulada chegou a 400%; enquanto os preços médios em dólar (IPE-Agro/Cepea) ainda mostram alta acumulada de 43%, apesar das quedas registradas desde 2011 (CEPEA, 2020).

A chamada modernização do agronegócio ocorreu de modo destacado nos anos 1990, como sugere a criação da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), em 1993. A rigor, essas transformações vinham ocorrendo desde os anos 1970 com a dita revolução verde, em que novos paradigmas produtivos – uso intensivo de energia, de capital,

melhoramento genético – abriram caminho para a realocização do agro brasileiro na economia mundial.

O setor de produção de leite vem sendo profundamente reconfigurado em suas bases tecnológicas e, de modo indissociável, em seu encadeamento produtivo. A presente pesquisa particulariza este setor, focalizando o município de São Francisco do Brejão/MA. Conforme o Censo Agropecuário de 2017, o estado possui um rebanho de 5,4 milhões de bovinos e produz, anualmente, 188 milhões de litros de leite. O município dispõe de um rebanho bovino de 65.456 e de 10.342 vacas de ordenha em 363 estabelecimentos agropecuários, 1.400 pessoas no setor, produzindo 9.309 litros de leite por dia (IBGE, 2020). O município estudado se destaca também pela produção de arroz e madeira, mas historicamente se sobressai pela produção leiteira.

Gráfico 01 – Quantidade de leite produzida ao longo dos anos no município de São Francisco do Brejão/MA (Unidade: 1 x 1000).



Fonte: IBGE, (2020).

A partir desses dados podemos observar que o município tem importante bacia leiteira. Por esse motivo, é considerado como a capital do leite do estado do Maranhão. Este segmento é uma das principais fontes de postos de trabalho do município que possui uma população estimada de 11.941 habitantes e IDH³ de 0,584 (IBGE, 2010)⁴.

³ Índice de Desenvolvimento Humano.

⁴ Os dados sobre o número de habitantes e as informações sobre o IDH só foram localizadas no censo de 2010, IBGE.

O artigo examina as profundas transformações que reconfiguram a referida cadeia produtiva local a partir de 2015, tendo como base as normativas técnicas que alteram de modo substantivo a produção, o transporte e o beneficiamento do leite. Esta é uma das cadeias mais complexas e relevantes no cenário do agronegócio, pois, além de ser um dos principais meios de suprimentos de alimentos, é também uma forma de geração de empregos e de renda de muitas famílias brasileiras que vivem no campo. Conforme a presente pesquisa demonstra as mudanças nos processos produtivos do agronegócio acarretam franca redução dos postos de trabalho.

O conjunto do agronegócio totaliza 8,1 milhões de empregos (2020), uma redução de 185 mil empregos (-2,2%) em relação a 2019. A população ocupada (incluindo, aqui, trabalhadores precarizados) no agronegócio em 2020 foi de 17,3 milhões de pessoas. Em 2019, foi de 18,25 milhões, uma perda de quase um milhão de empregos (CEPEA, 2020).

No caso do setor leiteiro, as mudanças técnicas e organizacionais concorrem para a intensificação da concentração do capital, ampliando o esvaziamento econômico dos pequenos produtores. O alcance desta cadeia produtiva é muito significativo:

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de leite, atrás apenas dos Estados Unidos e da Índia, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2019). Para alcançar essa posição, a produção brasileira cresceu substancialmente nas últimas décadas. Em 1997, o Brasil produzia 18,7 bilhões de litros de leite. A partir daí a produção cresceu, em média, 4% ao ano atingindo 35,124 bilhões de litros em 2014. Desde então, a produção nacional começou a declinar, fato que durou três anos. Essa trajetória de queda foi revertida somente em 2018, quando a produção voltou a crescer atingindo a marca de 33,840 bilhões de litros (EMBRAPA, 2020).

É preciso destacar que o empresariamento no agronegócio causa reconfigurações significativas nas realidades sociais, econômicas, ambientais, culturais e educacionais. A reorganização dos processos produtivos engendra desarticulação de produções coletivas de pequenos e médios produtores em favor de monopólios/latifúndios, de expropriações e da exacerbação da exploração da mão de obra dos trabalhadores rurais. Especificamente, no setor leiteiro as reestruturações produtivas incidem nas unidades produtoras e na captação do leite, induzindo processos de concentração e centralização do capital. Conforme estudo da Sociedade Nacional de Agricultura:

A captação dos 13 principais laticínios do País aumentou 4,10% em 2019, totalizando 7,8 bilhões de litros de leite. Juntos, os grupos responderam por 76,30% da captação, estimada em 33 bilhões de litros pela Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Leite Brasil), responsável pelo ranking (SNA, 2020).

A partir da consideração dessas reconfigurações no setor, examinadas na pesquisa bibliográfica, adotando enfoque histórico (PADILHA; BORENSTEIN, 2005), a pesquisa discute a relevância do fortalecimento econômico, tecnológico, organizacional dos pequenos produtores frente à crescente subordinação deles às grandes empresas do setor.

As análises e proposições do artigo foram elaboradas em grande parte a partir de diário de campo de cunho etnográfico, compreendido aqui como uma relevante ferramenta para a compreensão sutil dos dinamismos sociais dos pequenos produtores. Este permite ao pesquisador exercitar a prática de anotação e de aprender e observar as situações vividas no espaço de pesquisa. Para Macedo (2010) o diário de campo é um instrumento de reflexão:

Além de ser utilizado como instrumento reflexivo para o pesquisador, o gênero diário é, em geral, utilizado como forma de conhecer o vivido dos atores pesquisados, quando a problemática da pesquisa aponta para a apreensão dos significados que os atores sociais dão à situação vivida. O diário é um dispositivo na investigação, pelo seu caráter subjetivo, intimista (MACEDO, 2010, p. 134).

Em um primeiro momento, a pesquisa delinea os elementos centrais da problemática das cadeias produtivas, coloca em relevo o modo como as grandes corporações instauram formas de controle monopólico por meio da instituição de requisitos técnicos que reforçam o seu poder corporativo, criando obstáculos severos aos pequenos produtores e, com isso, ampliam meios de subordinação dos pequenos produtores aos interesses monopólicos, processos que resultam em novas formas de expropriação dos pequenos produtores, liberando força de trabalho ‘disponível’ para a exploração.

No segundo, descreve o processo histórico de constituição da cadeia produtiva leiteira de S. F. do Brejão para demonstrar na prática como acontece a consolidação do empresariamento rural por meio da desarticulação das produções coletivas.

Por fim, a pesquisa aborda os conflitos na organização da produção: auto-organização de cooperativas e o ethos empresarial de gestão da produção da cadeia produtiva de S. F. do Brejão.

NOTAS SOBRE A PROBLEMÁTICA DAS CADEIAS PRODUTIVAS SOB CONTROLE DE CORPORAÇÕES

A centralização e concentração do capital em grandes complexos agropecuários, muitos deles sob dominância financeira, estão reconfigurando o conjunto da produção

agropecuária do país, inclusive dos pequenos produtores. A base técnico-científica capaz de elevar a produtividade, padronizar produtos para o mercado, obter certificações, colocar em circulação as mercadorias, está concentrada no agro: as mudanças nas prioridades da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e a desarticulação das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural, combinadas com as novas tecnologias adotados pelas grandes empresas, corroboram que o hiato tecnológico entre os grandes grupos e os pequenos produtores não vem reduzindo.

As relações de produção – entre as quais, as que conformam cadeias produtivas – expressam assimetrias que favorecem as corporações, visto que o custo do desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação é inviável para os pequenos produtores. Historicamente, caberia ao Estado suprir o apoio tecnológico aos pequenos produtores; entretanto, o acesso ao aparato do Estado é diferenciado (isenções tributárias, recursos com juros subsidiados, acesso a programas de desenvolvimento tecnológico públicos), em detrimento da agropecuária familiar e dos pequenos empreendimentos (MENDONÇA, 2015). Frente a tais assimetrias nos circuitos produtivos, inclusive em relação a escala, o poder das corporações do setor e das grandes cadeias de captação e distribuição dessas mercadorias é inequívoco.

Essas relações assimétricas permitem que as corporações pratiquem elevada exploração do trabalho, o que significa elevada extração de mais-valia, reproduzindo processos de concentração de capital que realimentam o poder das corporações nos circuitos produtivos.

No caso da agricultura de alimentos da cesta básica, a pressão é sempre pela redução do custo da reprodução vital dos trabalhadores, o que exige sobre-exploração–pequena agricultura que é responsável por parcela relevante da alimentação cotidiana da população. No que se refere à “cadeia produtiva leiteira” é imperioso examinar se os circuitos produtivos são locais ou nacionais e se possuem ou não conexões com multinacionais. É preciso averiguar, complementarmente, se as empresas do segmento estão sob controle de fundos de investimentos diversos. Novamente, a questão é relevante pois as cadeias produtivas que estão sob controle direto ou influência de corporações com grande massa de capital realimentam formas de exploração dos segmentos que estão na base das cadeias produtivas. No caso do setor leiteiro, a captação é monopolizada, especialmente, pela multinacional suíça Nestlé, pelas francesas Danone e Lactalis (esta última, a maior do país, dona, entre outras da Itambé) e pela mexicana Lala (Vigor). A captação de 7,8 bilhões de litros ocorreu com um número 7,1% menor de produtores, em relação a 2018 (SNA, 2020).

Essas formas de subordinação da produção “tradicional”, por imperativos capitalistas, desconstruem formas consuetudinárias, advindas da tradição, de organização do trabalho, o uso de técnicas e saberes, linhagens “caboclas”. Os processos de aprendizagem desses saberes são uma dimensão importante do problema. É certo que pode haver um “núcleo de bom senso” nas técnicas e formas de organização do trabalho capitalistas, como conhecimentos sanitários, técnicas de conservação, controle da qualidade, armazenamento, transporte, proibição de trabalho infantil, entre outros. Contudo, o desenvolvimento desigual e combinado (MANDEL, 1978) permite a coexistência de tempos históricos desiguais e, desse modo, técnicas podem envolver insumos perniciosos e perigosos para a saúde, a biodiversidade, o meio ambiente; o trabalho doméstico (incluindo infantil) pode simplesmente estar sendo incentivado para reduzir custos e desregular os direitos trabalhistas.

Conforme o estudo, as práticas “gerenciais” das corporações sobre os processos de produção podem estar obstaculizando formas mais autônomas de produção frente às corporações, a exemplo de cooperativas e outras modalidades que buscam fortalecer o controle dos processos de trabalho pelos produtores diretos. Existem fortes evidências de que a produção de *commodities* em geral desconsidera “externalidades”, como os problemas de saúde, biodiversidade, ecológicos, concentração fundiária, evasão de jovens do campo e respeito a direitos trabalhistas consagrados na Constituição Federal.

Cabe ressaltar que as formas de auto-organização dos produtores diretos, por acarretarem maior autonomia, são concebidas (pelas corporações e pelas grandes empresas em geral) como entraves a serem removidos. E são muitas as formas de pressão dos grandes grupos, desde o “oferecimento” do direito de criar, sob controle e regras econômicas draconianas, animais com linhagens genéticas de maior produtividade, passando por processos de tratamento do leite e assim por diante. Desse modo, os pequenos produtores se veem inseridos em uma concorrência empresarial de “aperfeiçoamento” e produtividade que eles não estão preparados. Tudo isso sem contar com as coerções diretas. Os grupos econômicos podem boicotar os fornecedores de matérias-primas quando a auto-organização de produtores é percebida como negativa para os interesses da corporação. As formas de cooperação entre os produtores, nesse sentido, podem guardar tensões com os interesses corporativos. Compõe o rol dos conflitos o deslocamento de parte da produção como valor de uso dos produtores, o que, na ótica da corporação, pode comprometer os mecanismos de “just in time” e as metas de produção por ela exigida.

Como salienta Mandel (1978, p. 285), “a exportação imperialista de capitais realiza, pela primeira vez na história humana, uma verdadeira divisão mundial do trabalho” e o controle da “cadeia global de valor” está concentrado nas grandes corporações (Nestle, Danone, Lactalis etc.) e nos fundos de investimentos a eles associados.

A cadeia de valor de um bem é composta por um conjunto de atividades inter-relacionadas no ciclo produtivo – desde a pesquisa e desenvolvimento, design e fabricação, até a fase de distribuição final e outros serviços pós-vendas – que envolve a criação de valor do referido bem (ZHANG; SCHIMANSKI, 2014).

Embora a análise da CGV (Cadeia Global de Valor) pretenda eclipsar a teoria do valor, como no pensamento econômico estabelecido, o uso da nomenclatura se justifica pois permite a identificação das etapas que conformam a produção, visualizando dimensões das cadeias produtivas. No caso do presente estudo, indicações gerais sobre a cadeia produtiva do leite de S. F. do Brejão podem ser vistas a seguir.

CADEIA PRODUTIVA LEITEIRA DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO/MA

Prochnik e Haguener (2002, p.144) conceituam a categoria cadeias produtivas como “um conjunto de etapas consecutivas pelos quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos. Esta definição abrangente permite incorporar diversas formas de cadeias”.

Para compreendermos essa dinâmica de interdependências de setores produtivos presentes na caracterização das cadeias produtivas, examinamos a realidade da cadeia produtiva leiteira de S. F. do Brejão com intuito de observar os seus processos organizacionais, tecnológicos e seus impactos no âmbito econômico e social.

Mas antes de detalharmos a cadeia produtiva leiteira e seus aspectos socioeconômicos, é de extrema importância destacar o desenvolvimento da inserção dessa prática rural na vida cotidiana dos produtores e na economia local.

Inicialmente a atividade pecuarista no município estudado era marcada pela forma consuetudinária de manejo da terra, de criação do gado e do beneficiamento leiteiro. Não existia a configuração de um setor produtivo voltado para a manutenção e fortalecimento de um mercado. Os pequenos produtores depositavam seus esforços na subsistência de suas famílias, portanto, a produção em suas terras era dedicada para essa necessidade. “Com o passar do tempo, os locais de beneficiamento leiteiro passaram a estar presentes na vida cotidiana (...) nas fazendas, e [os locais de beneficiamento] funcionaram somente como uma

[forma de obter] renda extra para os pequenos produtores que vendiam seus produtos beneficiados nas feiras das comunidades rurais do município e nas feiras das cidades vizinhas” (Diário de campo, Seção 01, 2018).

Esse cenário de produção familiar será reconfigurado pelo crescimento do agronegócio, que reforçará a urgência de “modernização” do espaço rural. Imediatamente esse novo discurso irá tencionar as práticas estabelecidas de produção, alertando a necessidade de superação do “retrocesso” e da “informalidade”. No município de São F. do Brejão a reestruturação do setor lácteo adquire nova magnitude no ano de 2015, após a chegada de uma série de normatizações que regulamentam todo o processo de produção do setor lácteo.

Na realidade rural do município estudado a padronização para uma produção “formal” e “moderna” torna-se um imperativo em virtude da Instrução Normativa 51 (IN-51)⁵. A IN estabelece que os pequenos produtores rurais, em todo território nacional, se ajustem às normas técnicas nela contida como requisitos para acesso ao mercado e para a exportação de produtos lácteos. Tais critérios sanitários exigem condições de infraestrutura somente presentes nos empreendimentos de maior porte e mais capitalizados, em detrimento dos produtores familiares.

Outras instruções normativas foram editadas para padronizar todas as etapas de produção do setor lácteo. A Instrução Normativa 76 (IN-76)⁶ normatiza e reforça a padronização da qualidade do leite, definindo padrões de controle da conservação da temperatura do leite, abrangendo o procedimento de ordenha nas fazendas, o seu transporte e o armazenamento nas fábricas. A Instrução Normativa 77 (IN-77)⁷ vai destacar uma série de exigências para a regulamentação do trabalho dos trabalhadores rurais.

Com o estabelecimento dessas exigências, os grandes produtores rurais do município começaram a se organizar e a se adequar às referidas IN. Em virtude da ausência de apoio

⁵ Instrução Normativa (IN) 51/2002 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que sugere uma série de exigências quanto à produção de leite no Brasil; exigências que dizem respeito aos procedimentos de ordenha do leite nas propriedades rurais, as condições de sua refrigeração e o transporte do leite até a indústria.

⁶ Instrução Normativa (IN) 76/2018 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que define e aprova regulamentos técnicos que fixam a identidade e as características de qualidade que devem apresentar o leite cru refrigerado, o leite pasteurizado e o leite pasteurizado tipo A.

⁷ Instrução Normativa (IN) 77/2015 do Ministério da Previdência Social, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que ficam disciplinados os procedimentos e rotinas sobre cadastro, administração e retificação de informações dos beneficiários, reconhecimento, manutenção, revisão, recursos e monitoramento operacional de benefícios e serviços do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, compensação previdenciária, acordos internacionais de Previdência Social e processo administrativo previdenciário no âmbito do INSS.

econômico e técnico públicos, os pequenos produtores rurais se viram forçados a desmontar seus locais de beneficiamento leiteiro, já que não conseguiram se adequar às IN e mesmo o mercado informal se tornou inviável diante da adaptação dos grandes produtores as normativas: as próprias empresas passaram a denunciar qualquer prática informal. Inclusive o sindicato dos produtores indicou ações a favor dessa adaptação as normativas:

O número elevado de unidades produtoras de leite na microrregião e as novas exigências inferidas através da Normativa 51 implicam no aparecimento de eventos para conscientização e luta contra a produção informal. Dessa forma, no ano de 2012, o Sindicato de Leite e Derivados do Estado do Maranhão (SINDILEITE) solicita, junto ao Ministério Público Estadual, medidas de combate à venda do leite *in natura* e do queijo produzido em estabelecimentos informais (CARNEIRO, 2015, p. 5, destaques do original).

É significativo que os grandes produtores vão seguir as normatizações somente nas fábricas de laticínio:

Os grandes latifundiários iniciaram a construção dos grandes [centros de processamento de] laticínios, como também, a padronização deles a partir das exigências das normativas. Com isso, eles começaram a denunciar as pequenas propriedades que não seguiam as normas (padrões ligados principalmente ao beneficiamento leiteiro). E essas propriedades acabaram sendo fiscalizadas e multadas, com multas exorbitantes (Diário de campo, Seção 01, 2018).

Com o surgimento dessas imposições, a produção e o beneficiamento leiteiro nas propriedades rurais dos pequenos produtores passaram a ser impraticáveis. Apesar das publicações das instruções iniciarem em 2002, a “adequação” da produção láctea no município de S. F. do Brejão se iniciou somente em 2015 quando novas IN mais peremptórias foram editadas, afetando a produção tradicional.

Com desmonte das produções familiares e a padronização dos laticínios⁸ (“modernização”), algumas modificações se iniciam nesse contexto produtivo. Como por exemplo, o surgimento da necessidade de uma rede de transportes direcionada para a captação e transportação do leite de forma “segura” para os laticínios. Neste contexto emerge a profissionalização de algumas atividades práticas dessa realidade, como a atividade laboral do Vaqueiro⁹.

⁸ Local de centralização do beneficiamento do leite na produção de queijos, manteigas e requeijões.

⁹ São sujeitos que estão presentes no sertão nordestino desde o século passado e que são caracterizados pelos seus cuidados com os animais nas fazendas nordestinas, desde o acompanhamento dos rebanhos nos pastos, a ordenha das vacas de leite e o cuidado com os animais doentes. Esses sujeitos desempenham esses e outros saberes sem nenhuma formação escolar, é no cotidiano da realidade rural que eles vão aprendendo o ofício. Esses vaqueiros na maioria das vezes eram os pequenos proprietários das fazendas que desempenhavam as

Prochnik e Haguenuer (2002, p. 144), chamam a atenção para a composição de cadeias produtivas “é o grupo de indústrias inter-relacionadas imediatamente sob a influência da indústria motriz”. Após a chegada das normativas foi possível identificar mudanças na cadeia produtiva leiteira nesse espaço rural. Sousa (2019) faz a detalhamento dessa cadeia produtiva leiteira de S. F. do Brejão que segue as orientações para “modernização” rural:

Com a padronização dos laticínios, a produção leiteira acaba se concentrando nesses estabelecimentos e o serviço de transporte acaba se tornando indispensável para a captação do leite. Com o desmonte dessas produções familiares, a profissionalização do vaqueiro vai ser uma realidade dessa nova etapa. É possível visualizar a atual cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão da seguinte forma: *Fazendas, Transportes e Laticínios* (SOUSA, 2019, p. 51).

A autora detalha a composição da cadeia produtiva leiteira por meio de setores, que são: *as Fazendas*, local onde é retirada a matéria-prima (leite) que movimenta a cadeia produtiva; *os Transportes* que são responsáveis pela locomoção da matéria-prima até o espaço de beneficiamento; *os Laticínios*, espaço padronizado para o beneficiamento do leite e distribuição dos produtos para a rede nacional da indústria láctea.

Para compreendermos funcionamento prático dessa cadeia produtiva, é preciso entender a funcionalidade e a composição mais precisa de cada setor:

As Fazendas: As propriedades rurais do município são compostas por pequenas, médias e grandes propriedades. Todas elas fazem parte do processo de abastecimento da cadeia produtiva leiteira. As pequenas propriedades têm uma produção menor e na maioria delas os pequenos produtores desempenham a função do vaqueiro. Já as médias e grandes propriedades possuem participação mais significativa e contratam profissionais, os vaqueiros, para o procedimento de ordenha das vacas leiteiras e outras atividades.

A realidade das fazendas é marcada ainda pela mesma configuração de antes. As instalações físicas das fazendas, o processo de ordenha e armazenamento do leite ainda não seguem as normas de padronização definidas pela “modernização” do setor lácteo. Os currais que são o local de ordenha do leite, por exemplo podem estar ao ar livre e ser construídos de madeira, como apontam as anotações do diário de campo.

O curral dessa propriedade é bem grande e localizado na beira da estrada, é construído de madeira. Já na fazenda 02, há dois currais de médio porte e um vaqueiro em cada curral, que ficam próximos à casa dos vaqueiros, esses currais são ao ar livre e são também construídos de madeira. Na fazenda 03, as instalações do curral são bem maiores e aparentavam ser

atividades nas suas propriedades, como também, vaqueiros que prestavam serviços casualmente para as propriedades rurais de grande porte.

novas (construídos com mesmos materiais dos outros currais visitados), ficavam longe da estrada e das casas da propriedade, e tinham em média de cinco a seis homens ajudando e fazendo a coleta do leite. A produção diária é armazenada em tambores (Diário de campo, Seção 02, 2018).

É nítido que essas propriedades rurais não adotam as recomendações sanitárias, exigidas pela “modernização” do setor, para o ordenhamento ou o armazenamento da matéria-prima central dessa cadeia produtiva.

Em relação as atividades laborais dessas fazendas, vamos ter como foco a figura do Vaqueiro. Segundo Cabral (2008), a profissão do Vaqueiro está presente no campo maranhense desde o século passado. A autora destaca que as atividades desempenhadas por esses sujeitos são caracterizadas por “tarefas árduas e numerosas, consistindo em acompanhar o rebanho nos pastos, amansar os bezerros, cuidar individualmente das vacas paridas, matar animais nocivos e cuidar das doenças que acometiam a gaderia”. Antes do processo de reestruturação do setor lácteo a figura do vaqueiro estava concentrada nos pequenos produtores rurais. Com o processo de reestruturação esses sujeitos passaram ser vistos como profissionais.

Os Vaqueiros iniciam essa coleta durante a madrugada, a partir das 03h00min, e quando a gente passa às 05h00min eles ainda estão coletando e vão terminar por volta das 08h00min ou 09h00min da manhã. Segundo os vaqueiros, na época de veraneio eles conseguem ordenhar juntos 300 litros de leite por dia. Através das entrevistas é possível identificar que ambos os vaqueiros são jovens e desempenham as mesmas funções, que é a ordenha de leite, como muito bem pontuou o Vaqueiro 01, eles precisam também cuidar do gado no pasto. Em se tratando do tempo que os dois desempenham a função de vaqueiro, o primeiro diz que só está há um ano e dois meses, o Vaqueiro 02 relata que antes de encarar isso como profissão, já retirava leite há uns dez anos, ou seja, desde os doze anos de idade lida com a ordenha do leite. Quando pergunto sobre a oficialização da profissão por meio da carteira assinada o Vaqueiro 01 diz que não tem carteira assinada e Vaqueiro 02 responde com *hum... rum...* O primeiro foi direto ao dizer que não, já o segundo com esse *hum... rum...*, aponta uma incerteza sobre se ter ou não a carteira assinada (Diário de campo, Seção 02, 2018).

As informações do diário de campo, indicam que esses profissionais possuem uma jornada de trabalho exaustiva, tanto no processo de ordenha do leite, como em outras atividades da fazenda. O diário evidencia dúvidas sobre a formalização legal dos seus direitos trabalhistas e permite concluir que foi na infância que iniciaram essa atividade laboral.

Os Transportes: Este segmento vai demandar o surgimento de um serviço especializado de carga do leite. Antunes (2013) relata a importância desse serviço para o desenvolvimento da “modernização”:

Mas a revolução no modo de produção da indústria e da agricultura tornava nomeadamente necessária uma revolução nas condições universais do processo social de produção, nos meios de comunicação e de transporte [...] e portanto, foram também de fato revolucionários, assim também os meios de transporte e comunicação transmitidos pelo período manufatureiro logo se transformaram em insuportáveis travões para a grande indústria com a velocidade febril da produção [...] (ANTUNES, 2013, p. 84-85).

Decorrem das referidas IN a necessidade de profissionalização do transporte, por meio de caminhões para atender as comunidades rurais que, na maioria dos casos, ficam muito distantes das fábricas de beneficiamento leiteiro. “O serviço de transporte da cadeia produtiva leiteira é composto pelas frotas de caminhões dos laticínios, dos terceirizados¹⁰ e dos atravessadores¹¹” (Diário de campo, Seção 02, 2018).

Os laticínios são responsáveis pelo custeio dos transportes a eles vinculados. No caso dos atravessadores, o custeio do transporte é feito por eles mesmos e isso interfere no preço final do leite. Apesar das recomendações das normativas, os transportes não atendem às exigências prescritas e transportam o leite em tambores sem nenhum tipo de refrigeração.

Na pesquisa de campo foi possível acompanhar o cotidiano de um Motorista e Ajudante que prestam serviços a um transportador atravessador¹².

A jornada de trabalho do Motorista (pessoa de “confiança” do atravessador) e do Ajudante a serviço do transportador atravessador se iniciava as cinco horas da manhã e terminava, na maioria das vezes, as duas horas da tarde. Eles fazem a coleta do leite nas fazendas, para depois transportá-lo para os laticínios, os locais em que o leite será beneficiado. Como o leite é uma matéria-prima perecível e esse transporte (que foi acompanhado) não possui refrigeração, o Motorista precisava realizar a captação na sua rota o mais rápido possível, para não perder a produção diária¹³ daqueles produtores.

Depois da fase da coleta, o próximo passo é ir o mais rápido possível para o laticínio, porque o leite é perecível e precisava ser refrigerado o quanto antes. O motorista foi em alta velocidade, pois, para além de correr riscos de perder o leite, precisa enfrentar fila para o armazenamento e coleta do

¹⁰ São uma frota de caminhões que pertencem na maioria das vezes aos grandes latifundiários.

¹¹ Que ou o que exerce suas atividades colocando-se entre o produtor e o comerciante varejista (diz-se de negociante); intermediário.

¹² Esse transportador é responsável pela rota, pela compra do leite dos produtores e pela revenda do produto para o laticínio. O pagamento dos produtores é feito quinzenalmente por meio de cheques. O dono dessa rota é proprietário de uma das fazendas que fica nesse percurso do Centro do Zezinho. E como ele não pode administrar todas as suas propriedades, pois ele tem muitas outras, passa essa função de organização para o motorista que faz todo esse trabalho. Além de desempenhar a função de motorista, também administra a rota (Diário de campo, Seção 02, 2018).

¹³ A coleta é diária e não atende as exigências das instruções normativas.

soro (que os produtores pedem para usar como alimentação dos porcos). Dessa forma, quem chegasse mais cedo consequentemente sairia mais cedo, devido ao fato de serem dispensados após esse processo. E segundo o motorista, essa espera poderia se estender até as duas ou três horas da tarde (Diário de campo, Seção 02, 2018).

Outro fator característico desse setor é a diferenciação em relação ao tratamento desses dois trabalhadores citados, no que se refere aos seus direitos trabalhistas. Na observação em campo foi identificado que o Motorista¹⁴ trabalha com seus direitos trabalhistas garantidos (carteira assinada, direito a férias, décimo terceiro), enquanto, o Ajudante¹⁵ trabalha sem seus direitos mínimos garantidos (sem carteira assinada, sem direito a férias e sem décimo terceiro).

O Ajudante está na função há pouco tempo, só há dois anos, e nunca tinha trabalhado em nenhum outro segmento da cadeia produtiva leiteira. O Ajudante não trabalha com a carteira assinada, ou seja, está na informalidade há dois anos. O Motorista relatou que já trabalhou como Vaqueiro, mas que hoje está na administração dessa rota como motorista e que ele trabalha de carteira assinada (Diário de campo, Seção 02, 2018).

Há nessa situação a negação dos direitos mínimos desses trabalhadores, por mais que o Motorista esteja em uma posição “melhor” com seus direitos mínimos garantidos. Ele está sendo explorado através da jornada de trabalho que ultrapassa as oito horas de trabalho.

Os Laticínios: A consolidação do processo de “modernização” do setor lácteo, que contribuiu para formação da cadeia produtiva leiteira, vai ser concretizada por meio da criação de fábricas, ou seja, dos laticínios. Atualmente o município estudado possui duas fábricas de beneficiamento leiteiro.

E hoje dispõe de dois laticínios, o Laticínio Aliança (Matriz) e o Laticínio São Francisco (Filial). O primeiro laticínio trabalha atualmente com 117 produtores de leite, com 34 funcionários internos e externos (Internos são os trabalhadores que fazem suas atividades no laticínio e que beneficiam o leite, o setor administrativo, laboratório e serviço de limpeza. Os externos são os transportadores, os motoristas e ajudantes) e recebem por dia 21.300 litros de leite. Já o segundo laticínio tem 58 produtores de leite, 7 atravessadores e arrecadam 20.917 litros de leite diariamente (Diário de campo, Seção 02, 2018).

É possível visualizar nos dados a expressividade da produção diária dos laticínios, como também, a quantidade de produtores que promovem essa produtividade significativa.

¹⁴ Essa atividade laboral não existia antes da reestruturação do setor lácteo.

¹⁵ Essa atividade laboral não existia antes da reestruturação do setor lácteo.

Os laticínios têm como principal atividade o beneficiamento leiteiro para a produção de queijo, requeijão e manteiga, possuindo estrutura física e equipamentos de refrigeração para o armazenamento do leite em grande escala. Os produtos beneficiados são destinados ao mercado local do município, ao mercado das cidades vizinhas e para outros mercados fora do estado do Maranhão, como Bahia e Espírito Santo.

A estrutura física desses laticínios é nova, “bem equipada” e atende a todas as exigências sanitárias para o processo de beneficiamento. Os trabalhadores são uniformizados e utilizam equipamentos de proteção. Todo esse “cuidado” com as exigências de padronização é justificado pela administradora dos laticínios pela frequência de fiscalização nas fábricas, “possuímos uma licença a nível federal para o processo de exportação para outros estados e somos frequentemente fiscalizados” (Diário de campo, Seção 02, 2018).

Através das análises dos dados cedidas pela administração¹⁶ e das observações feitas em algumas visitas nos laticínios, foi identificado que os trabalhadores que estão diretamente nas fábricas têm os seus direitos mínimos garantidos, como carteira assinada, pois esse ambiente de trabalho está constantemente sendo fiscalizado e precisa estar “padronizado”. Entretanto, na maioria das vezes a jornada de trabalho deles ultrapassa as oito horas e esses trabalhadores não recebem horas-extras.

Outro fator importante para se destacar é a situação dos trabalhadores terceirizados que prestam serviços para os laticínios e que nitidamente não são respaldados com os seus direitos trabalhistas da mesma forma dos trabalhadores internos.

É possível visualizar que esse contexto socioeconômico se ajusta a concepção dos negócios capitalistas, a partir do momento que ocorre o enquadramento dessa prática rural leiteira aos moldes do processo de “modernização”. No caso do município, o primeiro passo foi a aparição das normativas que estabelecem critérios para a realização dessa prática. O segundo passo é a reconfiguração do contexto socioeconômico para cumprir as regras impostas. Por fim, concretiza um sistema de cadeia produtiva leiteira que atua a partir de setores dependentes e que promove a concentração do sistema produtivo – tanto do setor de transporte, como das indústrias lácteas.

A reconfiguração dessa cadeia produtiva leiteira traz uma série de problemas para a realidade social do município. Os pequenos produtores são obrigados a alimentar um setor lácteo em larga escala, por meio do barateamento do leite, o que acaba gerando uma

¹⁶ Infelizmente não foi possível ter um contato direto com os trabalhadores que estão inseridos nos laticínios, pois não houve permissão por parte da administração.

instabilidade na renda familiar desses produtores. Uma das consequências é o deslocamento de parte da força de trabalho “das fazendas” (pequenos produtores) para o mercado de trabalho nas médias e grandes fazendas (frequentemente por meio de relações precárias de trabalho) da cadeia produtiva leiteira, o que pode gerar futura concentração fundiária, visto que muitos pequenos produtores sucumbem diante das novas exigências produtivas. Alguns dos pequenos produtores vendem suas propriedades para os grandes latifundiários já que não conseguem mais praticar o beneficiamento leiteiro e a produção informal se torna inviável.

Sendo assim, essa nova configuração socioeconômica realimenta a dinâmica do grande capital. Explora os pequenos produtores para suprir as necessidades do mercado e amplia a exploração da força de trabalho através da precarização, flexibilização e informalidade dos trabalhadores inseridos na cadeia produtiva leiteira.

CONFLITOS NA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: AUTOORGANIZAÇÃO DE COOPERATIVAS E O ETHOS EMPRESARIAL DE GESTÃO DA PRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento capitalista é caracterizado atualmente por intensa competição empresarial liderada pelos grandes grupos, em busca de otimização da produção e de ampliação dos lucros. Essa conjuntura incrementa efeitos colaterais perversos, pois essa busca intensa pela produtividade, a favor da competitividade, coloca em risco a própria existência das pequenas produções. Individualmente, estes agentes não possuem capital, tecnologia e conexões que permitam valorizar os seus produtos, no caso, o leite. Ainda de modo incipiente, o cooperativismo surge como uma alternativa de resistência frente aos processos de centralização e concentração do setor.

As ideias de solidariedade ligadas ao cooperativismo assumiram maior envergadura no século XIX, na Inglaterra, no período da Revolução Industrial. E ocorreram a partir de reuniões de caráter assistencial que inicialmente não produziram os efeitos esperados.

Em 1844, surge em *Rochdale*, nos arredores de Manchester, a união considerada a primeira cooperativa do mundo, a *Sociedade dos Probos de Rochdale*, um grupo de 28 tecelões e 28 libras que, após 12 anos de existência, acumulara um capital de 152 mil libras e já contava com 3.450 sócios. Da união solidária de *Rochdale* surgiram os princípios do cooperativismo, baseados em um código de conduta moral, ratificados posteriormente em Genebra, no ano de 1895, ocasião em que foi criada a Aliança Cooperativa Internacional. São sete princípios: adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica dos membros,

autonomia e independência, educação e formação, intercooperação e interesse pela comunidade. Resumidamente, significam que, nas sociedades cooperativas, todos devem participar da gestão do negócio, de forma democrática, bem como partilhar os princípios da solidariedade com outras cooperativas e com o restante da sociedade (SOUSA, 2009, p. 02, destaques do original).

Esses projetos cooperativistas estão ligados à busca de maior autonomia dos produtores diretos e à consolidação de novos tipos de interações entre homem-sistema produtivo. No Brasil, o primeiro registro organizacional cooperativista data de 1889, em Ouro Preto. “Era a *Sociedade Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto*. Em 1902, surge uma cooperativa de crédito no Rio Grande do Sul e, em 1906, surgem as primeiras cooperativas rurais” (SOUSA, 2009, p. 02).

É importante destacar que os princípios que regem essa organização cooperativista estão vinculados a um grupo de pessoas que se reúne para prestar serviços aos mutuamente associados. Associados esses que devem participar por meio de bens ou serviços para a efetivação de uma atividade econômica, de proveito comum, sem priorização de lucro individual e imediato. Essa manifestação coletiva ocorre, na maioria dos casos, pela insatisfação dos trabalhadores que não conseguem vender sua força de trabalho. Ou pela exacerbação da subordinação e da exploração de pequenos produtores frente aos maiores empreendimentos. Em determinados contextos isso pode desencadear união e objetivos comuns, para a arrecadação de recursos e meios de produção necessários para prestação de serviços de forma direta ao consumidor final.

Em suma, a principal diferença entre as cooperativas e as empresas capitalistas, segundo Bulgarelli, é que as cooperativas são organizadas para atender aos seus associados, por meio do fornecimento de bens e serviços, e as sociedades empresariais têm como foco as operações de mercado e a distribuição do lucro gerado por estas entre os sócios (FUJIMOTO, 2014, p. 158).

A estruturação do cooperativismo é essencial para a concretização de vantagens competitivas que, se bem trabalhadas, podem desencadear uma economia social que garanta benefícios para a classe que vive do próprio trabalho, como, também, para a realidade de pequenos produtores.

Esses princípios cooperativistas são de grande importância para o melhoramento e enfrentamento do cenário concorrencial e expansionista do agronegócio no campo brasileiro.

Sem dúvidas, o desenvolvimento das cooperativas de agricultura dos pequenos produtores pode gerar bem-estar econômico na região em que ela é implementada porque inegavelmente ela fomenta o crescimento da comunidade, fato que demonstra que podem ser afastadas as causas estruturais da marginalização (FUGIMOTO, 2014, p. 169).

É preciso enfatizar, também, os desafios no caminho para a consolidação do cooperativismo. As atividades voltadas para a coordenação da produção coletiva não são estimuladas pelo Estado de um modo geral. No âmbito rural isso vai ser recorrente, pois o que se vê é o desmonte das políticas de fomento econômico, tecnológico e social voltadas para os pequenos produtores (vide EMATER, PRONAF, INCRA etc.).

A realidade da cadeia produtiva leiteira é um exemplo da disseminação da percepção mercadológica no contexto rural. Como vimos no tópico anterior, a instalação do discurso de “modernização”, levou à consolidação de uma indústria láctea no município estudado que, entretanto, desarticula a pequena produção.

É importante destacar que em S. F. do Brejão existiu, de modo embrionário, formas de organização coletiva afins aos princípios cooperativistas. Antes das citadas transformações da cadeia produtiva leiteira, os pequenos produtores faziam o beneficiamento nas suas propriedades ou se organizavam com outros produtores para beneficiar o leite nas comunidades rurais próximas as suas fazendas. Como indica o diário de campo:

A produção dos pequenos produtores era concentrada em algumas fazendas com a produção de um ou mais produtores ou era destinada às comunidades rurais mais próximas das fazendas, como Centro do Zezinho, Centro do Robertão, Capemba D’água, Pé da Serra, Pequiá dos Baianos, concentrando mais produtores. Toda essa produção era destinada a fabricação de derivados do leite, como, queijo, manteiga e requeijão (Diário de campo, Seção 01, 2018).

Os pequenos produtores destinavam o beneficiamento para uma fazenda específica (na maioria dos casos a fazenda era uma unidade com produção mais significativa) e se organizavam com os produtores mais próximos. Essa organização se dava da seguinte forma: os pequenos produtores vendiam sua produção de leite para os locais de beneficiamento [os entrevistados destacaram que nessa época o preço do leite era mais justo que hoje]¹⁷ ou forneciam sua produção em troca dos produtos beneficiados, como queijo, manteiga e requeijão.

¹⁷ Diário de campo, Seção 01, 2018.

Embora não caracterize cooperativas, esse esquema organizativo era favorável para os pequenos produtores, pois eles mesmos administravam a destinação do leite, favorecendo economicamente suas produções. Entretanto, essa produção coletiva não tinha uma organização sólida que envolvesse todos esses pequenos produtores de forma geral, nem, tampouco, princípios horizontalizados de compartilhamento da gestão. Existiam vários núcleos coletivos que não dialogavam entre si e que não tinham objetivos em comum.

A falta dessa organização comum entre esses pequenos produtores prejudica diretamente esses produtores. As novas conformações técnicas e organizacionais estabelecidas pelas IN, desprovidas de suporte público, desprezam o valor das pequenas produções, induzem o barateamento do leite para obtenção de maiores margens de lucro e precarizam as relações de trabalho, reforçando, assim, a insustentabilidade de manutenção dessas pequenas propriedades rurais.

Na visita a essa pequena propriedade encontramos o produtor rural. Ele relata que administra sua propriedade e todo o trabalho é ele que desempenha, a quantidade de leite que consegue extrair é bem inferior as médias e grandes propriedades. Revelou que os números de produção na época do inverno são maiores, mas no dia da visita só tinha um tambor com leite, ou seja, ele tinha ordenhado somente 50 litros de leite (Diário de campo, Seção 01, 2018).

Enquanto as médias e grandes propriedades ordenham pelo menos 300 litros de leite por dia, esse produtor só consegue ordenhar 50 litros de leite. E isso não é uma exceção, existem vários produtores nessa mesma situação. Daí a atualidade da auto-organização coletiva e eficaz dos sujeitos marginalizados na cadeia produtiva leiteira.

É importante destacar que não se trata somente de uma auto-organização dos pequenos produtores, mas também dos trabalhadores inseridos na cadeia produtiva leiteira. Eles estão em um constante processo exploração da sua força de trabalho por meio de irregularidades e da precarização do trabalho.

A investigação de aspectos relevantes da cadeia produtiva do leite no município estudado coloca em relevo temas ambientais, os conhecimentos produzidos pelos sujeitos, e também, por seus antepassados que, para se manterem vivos, precisam estar em interconexão com o conjunto dos produtores associados. A perspectiva cooperativista não pode deixar de incorporar uma dimensão pedagógica, auto formativa de seus associados.

TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA

O trabalho possui elementos contraditórios: ao mesmo tempo que é explorado e submetido a situações alienantes possibilita, nas práticas sociais, a socialização e a construção de conhecimentos e, por conseguinte, tem potencial de desalienar a vida social.

O trabalho é uma processualidade e uma relação dialética. Ele é dialético por ser uma categoria em qualquer modo de produção, seja ele capitalista ou não, mas, também, é um processo, porque a partir do momento que existe a realização de trabalho e o ser humano modifica a natureza, ele também se modifica. No capitalismo, contudo, essa interação é deformada:

O estado [situação] em que o trabalhador se apresenta no mercado de trabalho como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado [situação] em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem (ANTUNES, 2013. p. 32, destaques do original).

Segundo Saviani (2007), nas comunidades primitivas os seres humanos aprendiam a trabalhar em contato com a natureza e em relação com outro. Os seres humanos se educavam e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura em um verdadeiro processo de aprendizagem. Ou seja, aquilo que não é validado pela experiência do grupo é afastado e os conhecimentos que são eficazes a luz da experiência são reproduzidos as novas gerações.

A construção de conhecimento por meio do trabalho é caracterizada atualmente como algo imerso em processos contraditórios de alienação e de busca de um sentido humanizante para o trabalho:

Assim, se nas sociedades primitivas, caracterizadas pelo modo coletivo de produção da existência humana, a educação consistia numa ação espontânea, não diferenciada das outras formas de ação desenvolvidas pelo homem, coincidindo inteiramente com o processo de trabalho que era comum a todos os membros da comunidade, com a divisão dos homens em classes a educação também resulta dividida; diferencia-se, em consequência, a educação destinada à classe dominante daquela a que tem acesso a classe dominada. E é aí que se localiza a origem da escola. A educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre passa a se organizar na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria que continua a coincidir com o processo de trabalho (SAVIANI, 2007, p. 155).

Apesar dessa configuração ainda é possível constatar a produção de saberes por meio do trabalho. Para Saviani (2003), não há outra maneira de o indivíduo humano formar-se e

desenvolver-se como ser genérico senão pela dialética entre a apropriação da atividade humana objetivada no mundo da cultura (aqui entendida como tudo aquilo que o ser humano produz em termos materiais e não materiais) e a objetivação da individualidade por meio da atividade vital, isto é, do trabalho.

Essa relação dos seres humanos com a natureza ainda gera conhecimentos, e no ambiente rural isso vem ocorrendo há muito tempo. Entretanto, a interpretação que se tem dos sujeitos que estão inseridos no ambiente rural é de inferioridade, de que as pessoas que vivem no campo e se relacionam e modificam a natureza possuem uma ‘natureza humana’ distinta daquelas que se destacam nas cidades.

A luta árdua dos trabalhadores é desvalorizada. É comum encontrar a caracterização de que os trabalhadores rurais são pessoas sem cultura, sem conhecimentos e totalmente vulneráveis e moldáveis, ou seja, agentes passivos. Todavia, o ambiente rural é um espaço histórico onde os seres humanos produzem vida, portanto, é lugar de luta, de construção de conhecimentos e de cultura. O desenvolvimento das experiências educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, é reconhecido internacionalmente.

Na realidade da cadeia produtiva leiteira é possível identificar a produção de saberes e de cultura por meio do trabalho. Conhecimentos e cultura que são próprios dessa realidade social e que poderiam caracterizar a construção de uma identidade de luta coletiva para os sujeitos que integram esse contexto social.

Mas o que se presencia na conjuntura socioeconômica da cadeia produtiva leiteira é a desintegração dos pequenos produtores através das empresas rurais, a exploração de mão de obra dos trabalhadores da cadeia produtiva e a invisibilização da formação de conhecimentos e cultura que são gerados nesse contexto social. Dessa forma, o cooperativismo seria uma via para a efetivação de ações coletivas organizadas que assegurem maior controle social dos produtores sobre o trabalho, o conhecimento e a valorização dos produtos advindos da referida cadeia produtiva, inclusive com certificações agroecológicas, entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reestruturações produtivas do agronegócio desarticulam as formas tradicionais de produção dos pequenos módulos rurais, a exemplo da cadeia produtiva do leite. Essa

realidade de desvalorização das pequenas produções em prol da “modernização”, tornando-as vulneráveis (e mesmo inviáveis), pode gerar um processo tendencial de profunda perda de autonomia dos produtores, como já é recorrente em diversas cadeias produtivas agrícolas. Diante dessa difícil realidade, este trabalho buscou compreender desafios e perspectivas para o fortalecimento dos pequenos empreendimentos, por meio da construção de formas de cooperativismo rural na cadeia produtiva leiteira de S. F. do Brejão.

É necessário enfatizar os desafios constatados nessa pesquisa que dificultam a concretização de um cooperativismo dos pequenos produtores na cadeia produtiva leiteira. O primeiro deles está ligado as Normativas que definem legalmente uma padronização de produção. Esta padronização gera uma série de exigências sanitárias e técnicas que são quase impossíveis de serem realizadas pelos pequenos produtores. As universidades públicas e os institutos federais de educação tecnológica da região poderiam ter um papel construtivo para o atendimento das instruções normativas e para elevar as mediações tecnológicas dos processos produtivos (melhoramento genético de linhagens tradicionais, controle de qualidade, segurança sanitária, tecnologia de alimentos, armazenamento e transporte, agroindústria etc.). Na ausência de organização dos produtores e de interação com espaços de pesquisa e desenvolvimento, a consequência destas instruções normativas é o empresariamento e a concentração das propriedades rurais e dos locais de beneficiamento (laticínios). A edição dessas instruções normativas exige mudanças acentuadas nos processos de produção que são inviáveis sem o devido acompanhamento de políticas públicas para a adequação tecnológica dos produtores. No entanto, como visto na presente pesquisa, os maiores grupos econômicos, ainda que descumprindo parte das normativas é capaz de obter as certificações nos “laticínios”, isto é, nas unidades produtoras. É relevante registrar que os aparelhos privados de hegemonia do setor, como o sindicato dos produtores de leite do estado do Maranhão, atuam no sentido de criminalizar os pequenos produtores que não possuem os meios necessários para atuar em conformidade com as instruções normativas. Como pode ser observado no estudo, individualmente, nenhuma unidade produtiva de pequeno porte é capaz de contrarrestar a tendência de concentração do setor que, como visto, avança de modo avassalador no país.

O cooperativismo é caracterizado por uma organização coletiva/objetiva para o fortalecimento de uma economia social, onde sujeitos se reúnem para um proveito comum, por meio de uma atividade econômica, a exemplo da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS). O trabalho de acompanhamento dos produtores

de S. F. do Brejão indica que existem germes de cooperação entre eles. A pesquisa sugere possibilidades interessantes de formas de cooperativismo nessa cadeia produtiva, por meio do resgate da prática organizacional coletiva dos pequenos produtores. Essa retomada de uma organização coletiva poderia ser fortalecida e unificada através do reconhecimento de saberes e práticas que são desenvolvidas na cadeia produtiva leiteira, criando, assim, uma identidade concreta desses sujeitos que integram a cadeia produtiva e formas de solidariedade de cariz cooperativista.

Apesar dos empecilhos serem mais expressivos nessa realidade socioeconômica, pois estamos tratando de um setor produtivo fortemente monopolizado, é importante evidenciar que socialmente o fortalecimento do cooperativismo rural na cadeia produtiva leiteira de S. F. do Brejão é uma forma de resistência a dissolução dos pequenos produtores.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **A dialética do trabalho**. V. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CABRAL, S. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. 2. Ed. São Luís: Edufma, 2008.
- CARNEIRO, J. **Modernização da produção leiteira e seus impactos na agricultura familiar**. VII jornada internacional de políticas públicas. São Luís – MA, 2015.
- CEPEA. CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Índices de exportação do agronegócio**. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_Export_2020.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021.
- CEPEA. CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Mercado de trabalho do agronegócio brasileiro**. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/4tri2020_MT_Cepea.pdf. Acesso em: 16 mar. 2021.
- CEPEA. CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **PIB do Agronegócio Brasileiro**. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- EMBRAPA. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Cadeia produtiva do leite no Brasil: produção primária**. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/215880/1/CT-123.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- FUGIMOTO, M. **A posição das cooperativas no cenário concorrencial**. RDC, Vol. 2, nº 1, Maio 2014.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2010.

- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da pecuária municipal**. Rio de Janeiro, 2020.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-francisco-do-brejao/pesquisa/24/27745>. Acesso 25 fev. 2021.
- MACEDO, R. **Etnopesquisa crítica/etnopesquisa-formação**. Brasília: Liber Livro, 2010.
- MANDEL, E. **Tratado de economia marxista**. Tomo 2. México D.F.: Era, 1978.
- MENDONÇA, S.M. de. **Ruralistas, técnicos e tecnologia agropecuária: a antirreforma agrária no Brasil contemporâneo**. In: BOTH DA SILVA, A. e KOLING, P.J. Porto Alegre: FCM Editora, 2015.
- PADILHA, M.; BORENSTEIN, M. O método de pesquisa histórica na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem [online]**. 2005, v. 14, n. 4, pp. 575-584. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-07072005000400015>>. Acesso em: 17 mar. 2021.
- PROCHNIK, V.; HAGUENAUER, L. **Cadeias produtivas e oportunidades de investimentos no Nordeste Brasileiro**. Revista Análise Econômica, Rio Grande do Sul, v. 20, n. 38, p. 143-161, set. 2002.
- RODRIGUES, F.; JOHANN, P.; NEISA, C; MACÊDO, I. de. (Coord.). **Aspectos comportamentais da gestão de pessoas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2003.
- SNA. SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **Aumenta a concentração da produção brasileira de leite**. SNA News, 15/05/2020. Disponível em: <https://www.sna.agr.br/aumenta-a-concentracao-da-producao-brasileira-de-leite/>. Acesso em 15 fev. 2021.
- SOUSA, J. **“CAPITAL DO LEITE”**: as relações de trabalho na cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão/MA. 2019. 78 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia – Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2019.
- SOUSA, L. **Cooperativismo: conceitos e desafios à implantação da economia solidária**. Vitrine da Conjuntura, Curitiba, v. 2, n. 2, abril, 2009.
- ZHANG, L.; SCHIMANSKI, S. Cadeias Globais de Valor e os Países em Desenvolvimento. **Boletim de Economia e Política Internacional**. n.18, 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5322/1/BEPI_n18_Cadeias.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021.

Submetido em março de 2021

Aceito em julho de 2021